

POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM QUESTÃO

Possolli, Gabriela Eyng Msc.

gabipossoli@gmail.com

Zainko, Maria Amélia Sabbag Dra.

maszainko@gmail.com

Universidade Federal do Paraná

RESUMO

O presente texto destina-se a discutir a temática da Educação a Distância no contexto das Políticas de Expansão da Educação Superior, na área de formação de professores, estabelecendo algumas tendências que podem ser verificadas com base na análise de ações institucionais e dados estatísticos do Censo da Educação Superior do MEC/INEP. A partir dessa análise busca-se vislumbrar como tal modalidade educacional vem ganhando espaço na formação de professores para Educação Básica. A Educação a Distância, por se tratar de uma modalidade educacional relativamente nova, carece muito de pesquisas teórico-práticas com a finalidade de se estabelecer como um campo de estudos na área educacional. Nesse texto, dentre diversos enfoques possíveis, escolheu-se adotar um enfoque mais crítico da EAD, estabelecendo-se um comparativo com os dados da modalidade presencial, a fim de definir tendências e linhas de análise das ações de EAD para formação de professores para Educação Básica. A fim de perseguir esses objetivos estruturou-se o presente artigo em quatro partes. A apresentação, que introduz a discussão contextualizando a importância da temática abordada. A segunda parte trata especificamente de dados da modalidade presencial e da Educação a Distância nas Instituições de Educação Superior Brasileiras, em que, com base em dados do MEC/INEP, se estabelece um panorama na Educação Superior em cursos de graduação presenciais e a distância, identificando tendências de análise. Na terceira parte, faz-se análise dos caminhos e perspectivas futuras quanto à formação de professores por meio da EAD. A quarta e última parte procura referendar as principais linhas de análises localizadas por meio da fundamentação teórica desenvolvida e dos dados apresentados.

Palavras-Chave: Educação Superior; Educação a Distância; Formação de Professores.

1. Introdução

A definição de Educação a distância do decreto 5.622/2005 direciona a reflexão para alguns aspectos centrais que garantem suas especificidades. São eles: utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a realização da mediação didático-pedagógica; fato de professores e alunos estarem em lugares ou (e) tempos diversos; peculiaridade da organização metodológica, gestão e avaliação em cursos a distância.

No que diz respeito ao uso que se faz da tecnologia em cursos de educação à distância nas Instituições de Educação Superior (IES), Jonhson defende que se pode, no lugar de favorecer a integração, aumentar separação entre classes, as disparidades econômicas e a desigualdade social.

Feldman expressa os extremos gerados por uma visão determinista quanto à tecnologia, em que se atribui aos artefatos e processos tecnológicos a capacidade de decisão e mudança, como se fossem sujeitos, tirando do homem a competência e a responsabilidade de adequar e direcionar a tecnologia para o atendimento de suas necessidades. A mudança de visão exige “mudar a maneira como se interpreta o avanço tecnológico, passando-se de uma postura racionalista estrita, para uma visão abrangente do fenômeno, em que a sociedade é, antes de tudo, um produto das relações que se estabelecem entre os homens e que interferem na lógica de seu desenvolvimento”. (CARVALHO, 1997, p.71).

Lampert (2000) pontua uma das grandes potencialidades da educação a distância é: “democratizar a educação, propiciando sem distinção de idade, raça, ideologia ou classe social, a oportunidade de completar escolaridade, reciclar e/ou atualizar-se para enfrentar os desafios do cotidiano”. Mas questiona se essa intenção realmente é cumprida na conjuntura atual, dizendo que a educação a distância tem muitas vantagens, mas também “limitações, que precisam ser avaliadas, analisadas e redimensionadas para o êxito dessa modalidade de ensino-aprendizagem, para então ser capaz de aumentar as possibilidades de estudos da população brasileira” (p.12).

2. EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A questão da formação de professores como política pública vinculada à melhoria da qualidade do ensino básico deve ser compreendida no contexto da política de expansão da educação superior no Brasil e tendo como horizonte as metas traçadas

no Plano Nacional de Educação – PNE, que estabelecem os compromissos de matricular 30% da população da faixa etária apropriada, ou seja 18 a 24 anos, até 2011 e de ter 40% das matrículas em instituições de educação superior públicas.

Historicamente e em especial nas últimas quatro décadas, a educação superior no Brasil passou por duas fases de forte expansão. A primeira delas coincidiu exatamente com o período militar. De 1964 a 1980, o número de matrículas nesse nível de ensino aumentou quase dez vezes. Contraditoriamente, no período subsequente, de abertura política e redemocratização do país (1980-1995), o sistema apresentou um crescimento meramente vegetativo.

Em 1980, havia 882 instituições de ensino superior no país. Em 1995, apenas 12 instituições tinham se agregado ao sistema, contabilizando um modesto crescimento de 1.36% no período (MACEDO, 2005, p. 3).

A segunda fase de forte expansão se iniciou a partir de 1996. Em uma década (1996-2007), segundo dados do Censo da Educação Superior 2007, outras 1387 novas escolas de nível superior foram criadas. O aumento do número de instituições desencadeou uma elevação do número de matrículas, que chegaram a 4.880.381 alunos matriculados em 2007. Porém esse crescimento se deu majoritariamente na educação superior privada de tal sorte de desse total 25,4% das matrículas são em instituições públicas e 74,6% em instituições privadas. O ano de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com a criação dos Centros Universitários como uma nova forma de organização acadêmica, inaugurou uma nova fase da história da educação superior no Brasil. A partir desse ano, o sistema privado começou a se expandir numa velocidade inédita.

Apesar do setor público (rede municipal, estadual e federal) ter ampliado consideravelmente o número de matrículas a partir de 1996, a grande contribuição para a ampliação do sistema foi dada pela iniciativa privada. O esforço realizado pelas instituições federais para aumentar a oferta de vagas, a partir da segunda metade da década de 1990, ocorreu a despeito da falta de investimentos do Estado brasileiro na educação superior pública.

Com a proposta de fazer das metas do PNE uma realidade o Governo Lula vem realizando desde 2003 um importante movimento de recuperação do orçamento das

universidades federais e em 2007 deu início a um vigoroso processo de expansão, com a implantação de novas unidades acadêmicas, distribuídas por todo o território nacional, e a criação de novas universidades, dentre as quais destacam-se a UNILA (Universidade de integração latino-americana) a UNILAB (Universidade Luso-afro-brasileira) e a Universidade da Fronteira Sul. Denominado de REUNI, reestruturação das Universidades o programa de expansão em vigência em termos orçamentários, considerando-se os recursos do Tesouro na dotação inicial de 2007, promoveu um aumento global de 31,5% em termos reais quando comparados à execução orçamentária de 2002. Nesse período, o investimento nas universidades aumentou 905%, o custeio teve um aumento de 63,5%, e houve um acréscimo de 21,9% em pessoal.

Com uma taxa de escolarização bruta de 21,6% da população na faixa etária de 18 a 24 anos e com uma taxa de escolarização líquida de 12,9% há muito ainda a ser feito para o alcance das metas do PNE.

Por isso, não obstante sua oportunidade e pertinência, a expansão do sistema público federal de educação superior deve estar associada a reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais.

Este movimento visa consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos visando flexibilizar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico.

“ os professores reaparecem, neste início de século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção das aprendizagens, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da diversidade e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias.”(NÓVOA, 2009,p.23)

As diversas iniciativas do MEC na formulação de políticas públicas, no campo da educação presencial e não presencial, destinadas à capacitação sistemática de professores, para atender às necessidades do País, tem como objetivos além de melhorar

a qualidade pela mudança de paradigma, enfrentar o problema do elevado número de pessoas com formação insuficiente atuando na educação básica, no Brasil.

Isto sugere que há significativos espaços para os avanços no que tange à formação de professores, que para responder ao compromisso social de uma universidade que prima pela excelência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão não pode deixar de enfrentar as urgências próprias da sociedade atual (com seu formidável entorno tecnológico) e o inadiável resgate dos valores próprios do cidadão e da participação da educação escolar nestes desafios (ZAINKO et al, 2009, mimeo).

Acompanhar de forma sistemática os resultados das estratégias previstas pelo PARFOR e demais políticas encaminhadas pelo Governo Federal é um interessante exercício de verificação das mudanças no quadro atual da formação de professores.

3. A MODALIDADE DE EAD NAS IES BRASILEIRAS

Com a finalidade de compreender o desenvolvimento de ações de EAD nas Instituições de Educação Superior brasileiras, não se deve analisar os dados relativos à EAD de maneira isolada, mas precisa-se fazer um paralelo com a modalidade presencial nas IES, para então compreender o panorama da Educação Superior no país em que a EAD se insere. As tabelas 1 e 2 apresentadas na seqüência, trazem um panorama referente à Educação Superior Presencial. Na primeira, tem-se a evolução do número de Vagas oferecidas em processos seletivos na educação superior de graduação presencial, conforme a natureza administrativa das IES, considerando um intervalo de tempo que vai de 1980 até 2006. Já a tabela 2, apresenta a Evolução das Matrículas na educação superior de graduação presencial, considerando o tipo de instituição (Universidades; Centros Universitários; Faculdades Integradas; Faculdades, Escolas, Institutos; Centro Educação Tecnológica), trabalhando dados de 1994 a 2006. Os dados expostos sobre a Educação Superior no Brasil permitem perceber a evolução no número de vagas e matrículas, a atuação de instituições públicas e privadas, e os tipos de instituições atuantes em um período de tempo razoável para se perceber algumas tendências.

TABELA 01 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS EM PROCESSOS SELETIVOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL, POR CATEGORIA ADM. (BRASIL, 1980-2006)

ANO	TOTAL		Categoria Administrativa							
			Federal		Estadual		Municipal		Privada	
	Vagas	%Cresc.	Vagas	%Cresc	Vagas	%Cresc	Vagas	%Cresc.	Vagas	%Cresc
1980	404814	100	65406	100	33618	100	27916	100	277874	100

1985	430482	106	67307	103	41055	122	32912	118	289208	104
1990	502784	124	70881	108	55232	164	28896	104	347775	125
1995	610355	151	84814	130	61352	182	31979	115	432210	156
2000	121628	300	120486	184	96179	286	28967	104	970655	349
2002	7	438	124196	190	13227	393	38888	139	1477733	532
2006	177308	650	144445	221	0	374	60789	218	2298493	827
	7				12587					
	262959				1					
	8									

Fonte: Mec/Inep.

Por meio da tabela 01, verifica-se a evolução do número de vagas oferecidas em cursos presenciais de graduação em um período que vai de 1980 a 2006. A análise desses dados ratifica a intensificação histórica no processo de privatização das IES, particularmente após a LDB de 1996 que impulsionou esse processo. Esse quadro resulta da lógica política aplicada, que viabilizou o processo de expansão da educação superior por meio do setor privado, propiciando uma desenfreada multiplicação de IES particulares. Por intermédio das transformações nas políticas e na gestão da educação superior, destacando-se os processos de diferenciação e diversificação das instituições a partir da década de 1990, as IES privadas solidificaram sua ação, estendendo sua atuação conforme se percebe pela evolução dos dados da tabela 01: em 1980, a educação superior privada, no nível de graduação, correspondia a 68,64% das 404.814 vagas; em 1990, passou a representar 69,16% de 502.784 vagas; em 1995, 70,81%; em 2000, 79,8%; e finalmente em 2006, 87,4%. Mediante a análise desses dados fica evidente a forte tendência privatista e desresponsabilização do Estado pela Educação Superior.

Em 25 anos, as IES públicas (federais, estaduais e municipais), cresceram em média 271%, no que diz respeito às matrículas em cursos de graduação presenciais, enquanto as IES privadas cresceram 827% nesse mesmo período. Por meio dos dados expostos na tabela 01 pode-se observar uma constante e controlada evolução no setor público na educação superior federal, que se intensificou a partir de 2003. As IES públicas estaduais demonstraram um processo marcado pela criação de novas instituições e cursos, ao longo de todo o período analisado. Já as IES municipais os números mostram uma pequena evolução entre 1980 e 2006, apresentando oscilações dos valores em todo o período, condição essa que retrata a natureza ambígua destas instituições, que em sua maioria se organizam como fundações de natureza pública, mas com caráter privado.

**TABELA 02 – EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO
PRESENCIAL, POR REDE, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO (BRASIL, 1994-2006)**

Organização Acadêmica	TOTAL				PÚBLICA				PRIVADA			
	1994	1997	2002	2006	1994	1997	2002	2006	1994	1997	2002	2006
TOTAL (valores em mil)	1661	1946	3480	4677	690	759	1052	1209	971	1186	2428	3467
Universidades	1035	1326	2151	2510	572	666	916	1053	463	660	1235	1457
Centros Universitários	-	30	430	728	-	-	15	16	-	30	416	711
Faculdades Integradas	203	162	180	208	10	1	7	11	193	161	173	197
Faculdades, Escolas, Institutos	423	426	676	1132	108	92	77	81	314	335	599	1051
Centro de Educação Tecnológica	-	-	43	98	-	-	37	48	-	-	6	50

Fonte: Mec/Inep.

Na tabela 02, percebe-se que houve, ao longo do período apresentado, um aumento de matrículas em universidades do setor privado, em passou-se de 660 mil, no ano de 1997, para quase 1 milhão e meio, em 2006, o que foi alcançado com a expansão da ação das IES, inauguração de novas instituições, acréscimo de cursos e vagas; a explosiva criação de centros universitários, tipicamente voltados para atividades de ensino, que passaram de 30 mil matrículas, em 1997, para 711 mil, no ano de 2006. No que se refere às faculdades, escolas e institutos (IES isoladas de pequeno porte), passaram por um processo de expansão gigantesco, indo de 335 mil matrículas no ano de 1997, para pouco mais de 1 milhão de matrículas em 2006. Ressalta-se, ainda, o crescimento de matrículas pela via da criação de centros de educação tecnológica, que saltaram de 6 mil matrículas, em 2002, para 50 mil, em 2006. Sobre a educação superior desenvolvida no setor público, conservou-se a disposição para consolidar ações em universidades, em que as matrículas passaram de 666 mil em 1997, para mais de 1 milhão em 2006. Ainda nas IES públicas, houve o acréscimo de matrículas através da criação de centros de educação tecnológica, em que se passou de 37 mil matrículas, em 2002, para 48 mil, em 2006.

Depois da aprovação da LDB 9.394/96) e, principalmente após 2002, solidificou-se um extenso processo de credenciamento de IES com a finalidade de oferecer cursos superiores na modalidade a distância, com grande ênfase no setor privado. Os dados da tabela 03 demonstram um aumento expressivo de IES credenciadas para ofertar cursos de graduação a distância. Com base em dados do INEP quanto a expansão da EaD, em 1999 haviam somente duas IES credenciadas, porém em 2007 já eram 104 instituições credenciadas. Desse universo de 104 IES, 59,61% das instituições credenciadas são de natureza administrativa privada.

TABELA 03 – VAGAS OFERECIDAS PARA CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, POR ÁREA E NATUREZA ADMINISTRATIVA (BRASIL, 2006)

ÁREAS	NATUREZA ADMINISTRATIVA		TOTAL
	Pública	Privada	
Educação	Pública	18.912	524.096
	Privada	505.184	
Ciências Sociais, Negócios e Direito	Pública	12.294	271.317
	Privada	259.023	
Outras Áreas	Pública	520	23.167
	Privada	22.647	
Total Geral			818.580

Fonte: Mec/Inep.

Analisando os indicadores da tabela 03, relativos às vagas oferecidas pelas IES para cursos na modalidade a distância, por área e natureza administrativa, baseados no censo da educação superior de 2006, torna-se nítido significativa participação de IES privadas. Tal participação é ainda mais expressiva do que no ensino presencial, uma vez que 96,12% das 818.580 vagas oferecidas na EAD são de IES privadas, em contra partida o setor público oferece somente 31.726 vagas. Em 2006 a área de educação correspondia a 64,02% de 818.580 vagas ofertadas, enquanto a educação superior pública oferecia apenas 18.912 dessas vagas. Desse modo, pontua-se como tendência o processo de expansão de vagas em cursos na modalidade EAD, com vasta centralidade na área de educação e com iniciativas de IES privadas. A quantidade de matrículas efetivamente realizadas, segundo o censo da educação superior de 2006, demonstra novamente a significativa participação do setor privado, que foi responsável por 81,52% de um total de 207.991 matrículas.

Há de se considerar ainda como a educação a distância vem contribuindo para a proliferação de instituições de ensino privado e a possibilidade de essa modalidade educativa estar cumprindo muito bem o intento neoliberal do Estado mínimo que se exime da responsabilidade pela educação, como destaca Batista (2002):

Submetida à lógica da economia de mercado ao invés de democratizar o acesso à educação pública contribui para promover a exclusão social por intermédio de movimentos controversos: a elitização combinada com a massificação do ensino. A modernização educacional de caráter conservador implementa a educação a distância pavimentando o caminho de expansão do ensino privado. Por esta via, estimula empreendimentos em áreas nas quais a educação se mostra rentável: ensino superior e especializado. (BATISTA, 2002, p.21).

Pontua-se ainda, uma recente iniciativa do governo federal, promovida pelo Mec em conjunto com IES públicas e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios.

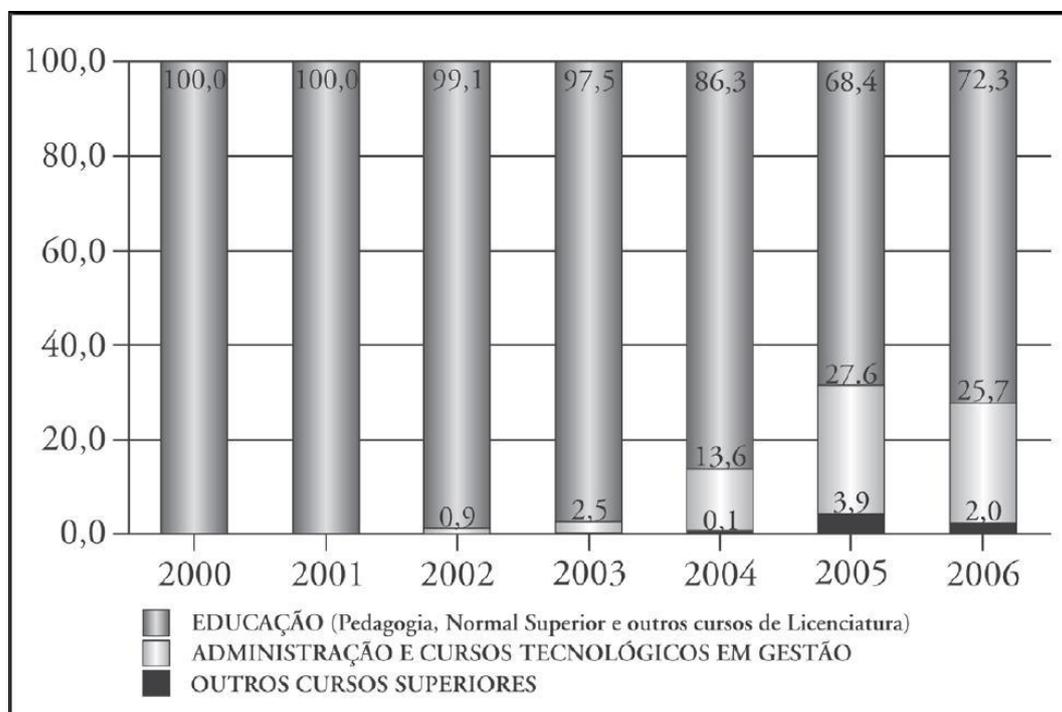
Trata-se de um programa federal para formação de professores em serviço que possuam formação diversa de sua área de atuação.

Para efetuar a inscrição nos cursos o professor utiliza um sistema desenvolvido pelo MEC chamado Plataforma Paulo Freire, em que terá seu currículo cadastrado. A partir da pré-inscrição dos professores e da oferta de formação pelas IES públicas, as secretarias estaduais e municipais de educação terão na Plataforma Freire um instrumento de planejamento estratégico capaz de adequar a oferta das IES públicas à demanda dos professores e às necessidades reais de suas redes.

4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Quanto a utilização da modalidade a distância para formação de professores em cursos de graduação no Brasil, nesse item apresentam-se dois gráficos, contemplando o período de 2000 a 2006, contendo dados sobre a evolução percentual das matrículas em EAD segundo a área, e a evolução percentual de matrículas em EAD por cursos de formação de professores.

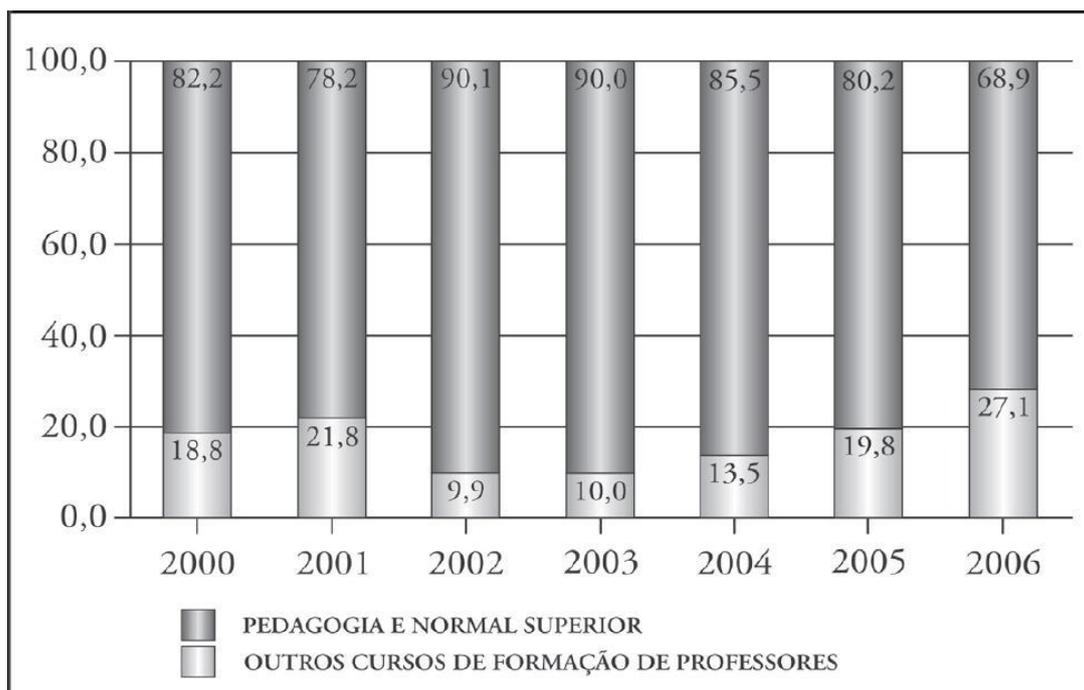
GRÁFICO 01 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS MATRÍCULAS EAD POR ÁREA (BRASIL, 2000-2006)



Fonte: Mec/Inep.

O gráfico 01, apresenta as áreas que foram objeto de predileção por parte das IES credenciadas e atuantes na educação a distância. É importante notar que na área chamada Educação (Pedagogia, Normal Superior, Licenciaturas e Formação de Professores), aqui arbitrariamente constituída, o substancial das matrículas está nos cursos de Pedagogia e Normal Superior, como confirma o gráfico 02.

GRÁFICO 02 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EAD, CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (BRASIL, 2000-2006)



Fonte: Mec/Inep.

Das matrículas dos cursos de Pedagogia e Normal Superior, de 2006, 76,4% estão vinculadas a instituições privadas e 23,6%, a instituições federais e estaduais. Isso representa uma completa inversão de perspectiva, pois, em 2005, 55,5% das matrículas desses cursos estavam em instituições públicas; em 2004, 65,5%; em 2003, 79,1%; em 2002, 82,9%.

TABELA 04 – EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTOS DAS MATRÍCULAS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (BRASIL, 2000-2006)

MATRÍCULAS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
CURSO DE PEDAGOGIA E NORMAL SUPERIOR							
PRESENCIAIS %Δ	-	19,3	46,1	-0,9	4,5	-3,5	-3,7
A DISTÂNCIA %Δ	-	137,6	1359,4	24,1	3,7	43,7	53,1

CURSOS DE LICENCIATURA							
PRESENCIAIS %Δ	-	10,3	14,6	10,8	4,3	2,2	-1,1
A DISTÂNCIA %Δ	-	218,6					90,6

Fonte: Mec/Inep.

O que é um bom professor e como formá-lo? “A atividade docente, na sua já longa trajetória, construiu uma cultura e uma malha institucional onde ela se dá: o seu habitat. A escola, a academia, a universidade foram concebidas e constituídas como espaços e tempos específicos para o exercício do ensinar e do aprender”. (GIOLO, 2008, p.1228).

Os pedagogos formados a distância irão enfrentar em sua prática profissional alunos presentes e reais, reunidos numa escola, e, nesse contexto, não serão exigidos apenas um arcabouço de conhecimentos técnicos, mas um conjunto de saberes e habilidades (método de ensino adequado, procedimento ético, experiência prática, equilíbrio emocional, estratégias de domínio de turma, liderança, pró-atividades, paciência, entre outros), coisas que se aprendem não só em livros e reflexões, mas principalmente, “na prática da convivência, na experimentação, nas cobranças mútuas, nos debates temáticos, nas apresentações culturais, nos estágios supervisionados, nas falas de sala de aula, dos corredores, do restaurante universitário”.

O que alguns militantes da EAD não percebem é o fato de que profissionais, professores e, sobretudo, pessoas, não se realizam e não se formam somente com base em relações mediadas por tecnologias, tais recursos são inegavelmente importantes, mas são insuficientes. As pessoas precisam de relações diretas, uma vez que a presença do outro é um balizador essencial para o agir humano.

Diante dos dados evolutivos expostos e das preocupações quanto ao contexto necessário para formar professores, a persistência da tendência aferida poderá acarretar em um cenário em que os espaços universitários destinados às licenciaturas sejam progressivamente substituídos por pólos de EaD, nos quais a movimentação de pessoas é pequena e as relações humanas são mediadas por tecnologias de informação e comunicação. A EAD tem um espaço importantíssimo na sociedade contemporânea e uma inegável contribuição, porém o avanço desenfreado dessa modalidade ao disputar espaço com o ensino presencial é que precisa ser repensado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se as novas TIC, é preciso ponderar se essas possibilitam a democratização do ensino ou, geram uma elitização, ao maximizar as diferenças aumentando a exclusão quanto ao acesso a esses recursos. Ao se considerar a educação a distância faz-se fundamental analisar à luz de que políticas e referências esta modalidade de ensino está pautada.

Sob a lógica do capital humano (FRIGOTTO, 1999) a educação passa a ser simplificada e disponibilizada *on line* por dispositivos tecnológicos de domínio privado, ai reside o perigo de uma ilusão democrática promovida por tantos defensores da educação a distância, que acaba se tornando mais uma ferramenta do acúmulo de capital e da perpetuação das desigualdades sociais.

As políticas de contenção de despesas e o ajuste econômico ao projeto de desenvolvimento neoliberal afetaram o crescimento das IES públicas, provocando o aumento descontrolado da oferta de vagas em IES privadas em detrimento da oferta pública. Instigadas pela alienação gradual das IES públicas no atendimento ao déficit social referente à educação e formação profissional, as grandes empresas educacionais nacionais e internacionais investiram no aprimoramento das novas tecnologias educacionais, especialmente a EaD.

A preferência do Estado pela implantação da EAD nas IES públicas se deu pela possibilidade de ampliação da relação custo-benefício e legalizou-se por meio do atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Wagner Braga. **Educação a distância, Universidade Pública e integração regional**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica**. Disponível em: <http://freire.mec.gov.br/index/principal>. Acesso em: 23 jul. 2009.

CARVALHO, Marília Gomes de. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. **Educação & Tecnologia**, Curitiba/PR, v. 1, 1997. p.70-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GIOLO, Jaime. A educação a distância e a formação de professores. **Educação e Sociedade**. Vol.29, No.105. Campinas Set./Dez. 2008.

LAMPERT, Ernani. **Educação a distância**: elitização ou alternativa de democratizar o ensino. Espanha, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 1980-2006**. Brasília: MEC/INEP, 2007.

NÓVOA, A. Para um estudo sócio-histórico e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e educação*. (4), p.109-139. Porto Alegre: Panorâmica, 1991.

OLIVEIRA, Ramon. **Teoria do capital humano e a educação profissional**. Recife: UFPE, 2001.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Universidade, políticas públicas e novas tecnologias aplicadas à educação a distância**. Revista Advir, nº 14, Rio de Janeiro, 2001. p.22-30.

ZAINKO, M.A.S. Gestão do conhecimento: o desafio da formação inicial e continuada de professores. EDUCERE, PUCPR, Curitiba, 2007, mimeo.